

SYSTEM
CHANGENT
CLIMATE
CHANGE

GEORGE
ATKINSON

IR

Rio+20 nas revistas brasileiras: o reverso discursivo sobre a mudança do clima

Rio+20 in Brazilian magazines: discursive reverse on climate change

DOI

CLÁUDIA HERTE DE MORAES

RESUMO

Apresentamos neste artigo a construção e articulação dos discursos sobre o tema da mudança climática na cobertura da Rio+20, feitas pelas revistas brasileiras *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*. Com apoio das Teorias do Jornalismo e sob a perspectiva teórica-metodológica da Análise do Discurso, analisamos as regularidades e diferenças dos discursos. Entendemos que desde a seleção dos temas, das fontes, do enfoque da reportagem, há uma visão específica de cada publicação — o seu “enquadramento discursivo”, que se constitui no lugar do movimento discursivo sobre o acontecimento relatado, e que responde basicamente a questão: “o que está acontecendo aqui?”. Por outro lado, observamos que o discurso das revistas é derivado de uma formação discursiva hegemônica, de viés econômico, ancorado nos conceitos de modernização ecológica, desenvolvimento sustentável, pela percepção do risco e da incerteza da humanidade sobre seu futuro.

PALAVRAS-CHAVE: JORNALISMO AMBIENTAL, ANÁLISE DO DISCURSO, PRÁTICAS JORNALÍSTICAS, REPORTAGEM, REVISTAS

ABSTRACT

We present here the construction and articulation of speeches on the topic of climate change in the coverage of Rio+20, made by Brazilian magazines *Veja*, *Isto É*, *Época* and *Carta Capital*. With support of Journalism Theories and under the theoretical and methodological perspective of the analysis of the discourse, we analyze the regularities and differences of speeches. We understand that from the selection of themes, the sources of the report focus, there is a specific view of each publication - its “discursive framework”, which is in place of the discursive movement of the reported event, and that basically answers the question: “what’s going on here?”. On the other hand, we observed that the discourse of the magazine is derived from a hegemonic discursive formation, economic bias, anchored in the concepts of ecological modernization, sustainable development, the perception of risk and humanity of uncertainty about their future.

KEYWORDS: ENVIRONMENTAL JOURNALISM, DISCOURSE ANALYSIS, JOURNALISTIC PRACTICES, REPORT, MAGAZINES

1. DEBATE NECESSÁRIO

Não há mais dúvidas sobre a instauração da crise ambiental em escala global. A mudança climática passa a ser, neste novo milênio, a principal ameaça de autodestruição em massa, impactando o imaginário social e os discursos sobre riscos, perigos, incertezas e também sobre escolhas e caminhos a partir deste impasse intergeracional. A ciência é responsável, em grande parte, por este agendamento, além dos próprios problemas socioambientais que, por serem graves e difusos, passam a ser percebidos como alerta a várias sociedades no mundo. A mudança do clima é considerada uma questão ambiental há mais de 20 anos, porém somente em 2007 ganha projeção mundial, com destaque à divulgação do IV Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC – sigla de Intergovernmental Panel on Climate Change), que apontou ser inequívoca a tese sobre o aquecimento global.

O debate efetivo pelo jornalismo é uma forma de pontuar a tomada de

decisão em direção às ações que possam modificar o rumo do “desenvolvimento”¹. Neste contexto, observar os discursos jornalísticos sobre a mudança do clima importa para perceber como as articulações entre conhecimentos, ideologias² e posturas são colocados em circulação social. Neste ensaio, apresentamos os principais resultados de recente pesquisa (MORAES, 2015), na qual observamos o tema, indicando os enquadramentos discursivos nas revistas brasileiras de informação geral (Veja, Isto É, Época e Carta Capital) na cobertura da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A pesquisa aprofunda a observação do enquadramento em suas relações com a noticiabilidade jornalística, apoiada pela Análise do Discurso (AD).

O contexto de condições de produção dos discursos observados está colocado a partir da ideologia hegemônica do grande capital, tal qual ele se coloca globalmente. Desta forma, apresentamos o enquadramento geral da economia verde (EV) como sendo o “reverso” do discurso sobre a mudança climática, ou seja, agora é a EV que tenta se impor como resposta à crise ambiental global. O lugar discursivo do jornalismo carrega a sua legitimação social no relato dos acontecimentos e, além disso, planta-se sob uma relação imaginária e de credibilidade junto aos seus públicos. Deste lugar privilegiado, entendemos que o jornalismo flexiona o enquadramento discursivo, noção desenvolvida como dispositivo de análise e que aproxima as ideias de agendamento e noticiabilidade, aos sentidos construídos e suas respectivas formações discursivas³.

1 Desenvolvimento aqui é usado a partir de uma noção corrente do pensamento ocidental, que se aproxima da ideia do crescimento econômico como matriz fundamental da sociedade. No entanto, criticamos este conceito, já que é limitado aos aspectos econômicos e nocivo à vida no planeta.

2 A definição discursiva de ideologia envolve a questão da interpretação, pois é a ideologia que dota o mundo de sentidos e, ao mesmo tempo, nega o processo da interpretação. “Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico” e coloca o homem “na relação imaginária com suas condições materiais de existência”. (ORLANDI, 2010, p.46)

3 Formação Discursiva (FD) é uma das principais noções da AD, sendo considerado aquilo que pode – ou não – ser dito em uma determinada conjuntura histórica, afetada pela ideologia.

2. DISCURSOS GLOBAIS SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA

A questão ambiental é sempre permeada por abordagens diferenciadas, atores e temas que se sobressaem, conflitos e definições, nem tanto definitivas. Assim, a mudança climática está se constituindo na atualidade como a questão ambiental de maior alcance e abrangência, estando associada a grandes catástrofes de impacto social. A preocupação mundial em torno do tema já estava exemplificada por Giddens (1999) em relação à “incerteza fabricada” e em Beck, com a “sociedade mundial de risco” (1997). Na modernização reflexiva e na sociedade de risco, torna-se evidente que as transformações apontadas como sistêmicas atingem o entendimento que temos quanto ao alcance das questões ambientais, na revisão da relação da sociedade industrial com os chamados recursos naturais. Além disso, os riscos sociais e ambientais parecem muito próximos, mesmo que as ameaças sejam potencialmente direcionadas, causando o grande avanço da busca da segurança. Interessante ainda pontuar que a percepção do risco somente é possível quando a sociedade passa a se ocupar do “futuro” e, neste quesito, a definição central do conceito de desenvolvimento sustentável é exatamente a ideia de um legado às “futuras gerações”.

No âmbito da modernidade ecológica (BUTTEL, 2000; MOL, 2000), visualizamos basicamente o discurso de que os avanços e melhoramentos ambientais podem corrigir os desequilíbrios ecológicos visíveis na sociedade industrial. Ou seja, há possibilidade de reversão nas sociedades industrializadas, sem desindustrialização ou desaquecimento econômico, contribuindo, em parte, para que o ambientalismo radical seja contestado na sua essência. Porém, neste espaço ainda há muitas disputas em relação ao tipo de desenvolvimento sustentável decorrente da modernização ecológica. No entanto, pelo menos em parte, o discurso predominante está atrelado ao mercado, associado às inovações tecnológicas, tanto quanto possível, chegando a ser um dos pilares definidos por Giddens (2010) para o enfrentamento das mudanças do clima. Segundo o autor, “o paradoxo de Giddens” afeta quase todos os aspectos das reações atuais às alterações do clima, encontra-se no centro de uma série de outras influências até mesmo no consumo das elites, na geopolítica e do papel dos países industrializados.

A mudança climática se coloca, na proposta de Giddens (2010), como um paradoxo na contemporaneidade, entre o agir agora ou tarde demais. Acima de tudo, apesar de nossa desconfiança em relação à ciência, ela é ainda o principal suporte de legitimação de discursos e de consensos buscados em âmbito internacional. Mesmo que as decisões estejam sendo tomadas com base em

assimetrias socioambientais, econômicas e culturais, o alarme do risco global atinge todos os cantos do mundo. Junte-se a isso, o chamado “princípio de precaução”, que pode ser usado tanto para o bem quanto para o mal. Entretanto, neste cenário, ainda é a fé no conhecimento acumulado sobre o mundo (e sobre a natureza) que afasta a perspectiva da catástrofe insuperável mantendo-se, assim, o “desenvolvimento sustentável” como ponto central neste debate.

Uma interpretação de linha ecotecnocrática está vinculada à sistematização realizada por Caporal & Costabeber (2000). Para os autores, a visão ecotecnocrática é definida a partir da lógica econômica, liberal, que desconsidera as contradições econômicas, sociais e ambientais, estando fortemente calcada na modernização ecológica sob domínio do otimismo tecnológico. Além disso, esta visão não abre espaço para a biodiversidade, inclusive cultural, pregando a resolução para o problema do crescimento.

Por outro lado, Capra (2006) traz a visão ecológica como base para a mudança social, pois “a ecologia profunda exigirá mudanças radicais em nossa percepção do papel dos seres humanos no ecossistema planetário” (p.403). Olhar para as questões ambientais a partir de outro lugar é bastante difícil, pois somos constantemente inundados pelos discursos da modernidade ecológica. Capra complementa que é necessário buscar uma nova forma de avaliar os problemas, pois “[...] vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes” (CAPRA, 2006, p.14). Assim, a ecologia profunda se contrapõe à visão instrumental da natureza, esta última pressupõe que os demais entes devem estar subjugados aos interesses dos seres humanos.

A possibilidade de entender o caráter indissociável da relação homem-natureza se dá, para Morin (1997), somente a partir de um novo paradigma, pois ele “[...] é o que rege a escolha das palavras que constituirão a cadeia do discurso”, ou seja, é o controle do discurso: “[...] o conjunto das relações lógicas fundamentais que interferem entre os conceitos de base, os quais, por sua vez, controlam uma cultura e, portanto, também controlam um pensamento e um discurso (MORIN, 1997, p.62-63)”. A racionalidade contemporânea deve então ser modificada, pois a questão ambiental é do cotidiano de todas as pessoas, mesmo que no seu início até mesmo as ideias ecológicas não realizassem a união homem-natureza. Significa que o pensamento ecológico traz aspectos importantes para a resolução dos problemas contemporâneos. “O pensamento ecológico é uma forma de pensamento que reflete a lógica da realidade natural e a complexidade da organização viva” (MORIN,

1997, p.62). Em relação à ideia de progresso, acionada pelo interdiscurso⁴ do desenvolvimento sustentável, Morin avalia que ofusca que carrega consigo uma distribuição não equitativa dos bens e com isso compromete a qualidade de vida prometida. Assim, o autor exemplifica a ideia de pensar o complexo, na medida em que desconstrói as noções que devem ser, portanto, autocríticas e reflexivas, comportando negação, incerteza, degradação (MORIN, [1990] 2005). A visão racionalista do mundo desenvolveu ideologias e processos que racionalizam o real, mas eliminam as suas contradições.

Outro autor que postula a mudança de paradigma para o enfrentamento das questões ambientais é Enrique Leff, para o qual o chamado processo civilizatório que vivenciamos está baseado na “racionalidade econômica e instrumental que moldaram as diversas esferas do corpo social: os padrões tecnológicos, as práticas de produção, a organização burocrática e os aparelhos ideológicos do Estado” (LEFF, 2001, p.133). O papel da questão ambiental é justamente questionar os custos desta racionalidade e estabelecer a necessidade de reformas democráticas. Leff (2001) aponta que a racionalidade capitalista esteve associada a uma racionalidade científica e tecnológica, para previsão e controle da realidade, com a busca de eficácia entre meios e fins. O saber ambiental questiona essa racionalidade como instrumento de dominação da natureza. Na sua linha de pensamento, o saber não pode ser reduzido ao mercado.

A perspectiva do saber ambiental é também suporte para a busca das formações discursivas que são entendidas como heterogêneas⁵. As formações discursivas hegemônicas, voltadas mais ao capitalismo que ao ambientalismo, podem conter deslizamentos em relação ao pensamento ecológico, na direção da complexidade e da racionalidade ambiental. Desta forma, entendemos que tanto as teorias da sociologia ambiental construídas nas últimas décadas (modernização ecológica, sociedade de risco), quanto as propostas de uma nova racionalidade são pertinentes para a análise do tema da mudança climática nos discursos das revistas brasileiras, pois há a convivência, nem sempre

4 Interdiscurso é entendido como o espaço da memória discursiva, um arquivo em que as novas produções do discurso buscam ancoragem e diálogo, permitindo que, a partir disso, o seu discurso “novo” seja percebido como algo pertinente ao interlocutor, produzindo determinados efeitos de sentido.

5 Utilizamos o conceito de Formação Discursiva de caráter heterogêneo, entendida também como uma FD aberta. Isso porque entendemos que as contradições são inerentes à ideologia e, neste momento, da contradição, outros sentidos oriundos de outras formações podem ser observados.

pacífica, entre formações discursivas diferentes dentro de uma formação discursiva predominante.

Uma linha de interpretação de viés ambiental é trazida por Caporal & Costabeber (2000): trata-se da corrente ecossocial, que, em linhas gerais, contempla o ideário de mudanças estruturais, com apoio do conceito de ecodesenvolvimento surgido nos anos 1970. Esta visão utiliza-se, ainda, dos discursos culturalista (cultura como instância fundamental da relação com a natureza) e ecossocialista (capitalismo verde não é capaz de resolver mazelas sociais). O discurso ecossocial reúne, desta forma, várias fontes de influência de discursos emergentes, com ênfase na solidariedade entre as gerações futuras e presentes. Outro diferencial, em relação à visão ecotecnocrática à qual se contrapõe radicalmente, é o respeito às tecnologias tradicionais e também à biodiversidade e à cultura. Contrária, portanto ao desenvolvimento de cunho liberal e crítica ao esverdeamento da economia. (CAPORAL & COSTABEBER, 2000).

Em nosso entendimento, a questão discursiva sobre a crise climática é um ponto fulcral na organização destes cenários, que são montados a partir de um sistema mundial. Desta forma, destacamos o papel condicionante dos meios de comunicação que são pautados na cobertura de eventos relacionados à temática. Concordamos com Carvalho, que aponta a reprodução dos meios, selecionando perspectivas e atores sociais, propondo formas de ver as questões sociais (CARVALHO, 2011). De modo particular, o discurso jornalístico está inserido na grande teia de discursos sociais sobre a mudança do clima, que estão vinculados a concepções ideológicas. Compreendemos que esta questão global também está situada no âmbito das disputas em torno do desenvolvimento sustentável, ou, dizendo de outra forma, direcionadas ao “nosso futuro comum”. Salientamos que o paradigma teórico-político adotado na pesquisa está comprometido com a construção da sustentabilidade da vida, isto é, estamos alinhados à corrente ecossocial e ao saber ambiental, perspectivas que impulsionam a construção de um espírito novo para o Jornalismo.

3. CONSTRUÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO

As teorias construcionistas do jornalismo estão entre os modelos teóricos do estudo, que tem como funcionamento geral a desconfiança em relação à linguagem neutra, pois neste paradigma construtivista, temos que “[...] toda a representação é uma construção subjetiva da realidade” (BENETTI,

2007, p.110). Também é pressuposto dessas teorias que os meios estruturam a representação dos acontecimentos, devido a, entre outros fatores, a organização do trabalho jornalístico e suas rotinas, estabelecendo tipos e formatos para dar conta de fatos inesperados. Assim, entendemos que jornalistas são participantes da construção da realidade e que as notícias são narrativas marcadas culturalmente, desta forma, realizadas a partir de processos discursivos do campo. A escolha do jornalista não é totalmente livre, pois a partir dos repertórios culturais e institucionais existe uma orientação geral.

Correia (2012) afirma que a construção social da realidade⁶ pelos meios de comunicação se dá a partir da dimensão pública e coletiva da informação, pois o “[...] jornalismo funciona de acordo com as regras do discurso público” (CORREIA, 2012, p.86). Ou seja, os discursos — como são ideológicos e políticos — necessitam da visibilidade dos meios de comunicação para que sejam reconhecidos em suas pretensões de validade. Uma forma de construção da realidade por parte do Jornalismo está baseada em critérios específicos, ou seja, nos valores-notícia. Nasce, assim, uma grande preocupação dos estudos jornalísticos com a seleção operada a partir dos critérios de noticiabilidade, pois estes desenham à sociedade um panorama que, apesar de ser uma leitura da realidade, se apresenta como sendo “a realidade” (KUNCZIK, 2002). A seleção das notícias é considerada um processo fundamental nos estudos da área, conforme Sousa (2001), porque o jornal prioritariamente está baseado na seleção de acontecimentos que são transformados em notícias.

Para haver o registro de problemas ambientais nos meios de comunicação, Hannigan (1995) identificou cinco fatores com base na literatura: para ganhar proeminência, um problema potencial deve ser lançado em termos de ressonância em conceitos culturais existentes (KUNST e WITLOS, 1993)⁷; o potencial do problema deve ser articulado às agendas dos estabelecidos,

6 Sobre o conceito de construção social da realidade, de Berger & Luckman (1996/2008), e utilizado em obras importantes e de referência, como em Tuchman (1993), Verón (1981) e Alsina (2009) — Meditsch (2010) aponta que não há essa clara relação na obra *A construção social da realidade (1966)*, que cita o campo jornalístico como “[...] uma referência utilizada pelos indivíduos na ‘conservação da realidade’ já interiorizada” (p.22). Segundo Meditsch, em obra mais recente, Berger & Luckman passam a reconhecer o papel-chave da mídia, no entanto, não exatamente do Jornalismo. Além disso, a mídia é considerada um ator, entre outros, que disputam a produção de sentido — sendo esta a perspectiva com a qual concordamos (MEDITSCH, 2010, p.22-24).

7 KUNST, M.; WITLOS, N. “Communication and the environment”. **Communication Research Trends**. N. 13, p.1-31, 1993.

especialmente políticos e cientistas (HANSEN, 1991)⁸; os problemas ambientais devem carregar “drama social”, conforme Palmlund (1992)⁹, trazendo uma representação dramática com jogos de culpa e celebração; deve ser capaz de se relacionar com o presente, e não a um futuro distante. Por fim, o problema deve ter uma agenda de ação, seja em nível internacional, ou da comunidade local. Ou seja, é necessário que se apresentem resultados tangíveis, o que implica que problemas complexos sejam deixados de lado.

Percebemos assim que, o acontecimento ambiental, assim como propôs Hannigan (1995), fica circunscrito às tipologias características do acontecimento jornalístico. Em relação ao discurso, questionamos, sobretudo, a naturalização, operada pela ideologia, da exploração descabida dos bens naturais a favor do lucro, relacionada às desigualdades sociais e, em alguns casos, a ecocídios invisíveis, temas que não fazem parte do sistema de “pregnância” descrito por Charaudeau (2007). A mudança do clima pode ser entendida desta forma, é lenta e gradual, porém crescente ao longo do tempo, com perspectivas de atingir em maior escala justamente os mais pobres ou vulneráveis.

Ao apontar o estudo do enquadramento jornalístico como um espaço de construção de conhecimento sobre determinado tema, não significa absolutamente uma percepção de que o Jornalismo “determina” visões de mundo. Antes, entendemos que o Jornalismo, assim como outros espaços sociais, realiza uma “oferta” de sentidos, fazendo parte, portanto da construção social de diferentes formações discursivas, lugares da constituição de sentido. Formação Discursiva (FD) é “[...] entendida como o domínio do saber constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode, não deve ser dito” (INDURSKY, 1998, p.115). Assim, estudamos o Jornalismo como uma prática discursiva, pois ela “[...] integra a formação discursiva e o(s) grupo(s) social (ais) em cujo interior é produzido o discurso” (INDURSKY, 1997, p.20). Com isso, a institucionalização do Jornalismo é considerada parte de sua legitimação social, que vai lhe conferir um local privilegiado de enunciação.

8 HANSEN, A. “The media and the social construction of the environmental issues”. *Media, Culture & Society*. V. 13, N. 4, p.443-58. 1991.

9 PALMLUND, I. “Social drama and risk evaluation” In: KRIMSKY, S.; GOLDING, D. (eds). *Social theories of risk*. West Port: CT Praeger, 1992.

4 PROCEDIMENTOS DA INTERPRETAÇÃO

Tomamos o enquadramento como uma espécie de “variável”, um dispositivo para nossa análise discursiva. Destacamos que a perspectiva do enquadramento adotada é baseada em Goffman (1986), para o qual a questão do enquadramento se refere a um conjunto de elementos significantes que conduzem a um “quadro” de interpretação. Como nos filiamos à Análise do Discurso, entendemos o enquadramento como um “enquadramento discursivo”, na medida em que para além do enfoque jornalístico, temos a Formação Discursiva (FD) como base na seleção, angulação e ênfase de cada texto. Desta forma, ao longo das análises, identificamos também as FDs e suas relações interdiscursivas.

Os nossos observáveis são os textos da cobertura da Rio+20 que indicam o tema mudança climática como pano de fundo de um debate mais amplo sobre as escolhas para o futuro da humanidade. Selecionamos as reportagens das revistas e, já numa leitura inicial, procuramos as marcas discursivas que indicavam a abordagem do tema. Observamos como as questões econômicas, sociais, culturais, ambientais ou políticas foram construídas, procurando os efeitos de sentido a partir da análise discursiva. Importante destacar que selecionamos apenas textos de “relatos” em forma de reportagens, ou seja, foram descartados no corpus artigos e entrevistas com especialistas. Apresentamos o Quadro 1, identificando as revistas, datas de publicação e títulos dos textos analisados.

QUADRO 1 – REVISTAS, DATAS E TÍTULOS DAS REPORTAGENS ANALISADAS

REVISTA	DATA	TÍTULO
Veja	13/06/2012	Rio+20: O que esperar do encontro que celebra o triunfo da consciência ambiental
		Rio+20: A terra que queremos
		Rio+20 Ciência: Um dogma começa a derreter
	20/06/2012	Rio+20: As reais questões ambientais que afetam as pessoas aqui e agora foram esquecidas
		Verdades inconvenientes
		Quem vai pagar a conta?

REVISTA	DATA	TÍTULO
<i>Isto É</i>	13/06/2012	O que o Brasil vai levar para a Rio+20
	20/06/2012	Rio+20: Rio, capital da Terra
	27/06/2012	Especial/Rio+20
		Está em nossas mãos
	27/06/12	Enquanto os líderes mundiais aprovam um documento de eficácia questionada, prefeitos, empresários e a sociedade civil assumem o comando das soluções para salvar o planeta 20 entraves para o desenvolvimento sustentável Quem tem o poder? O que líderes, prefeitos e empresários têm feito (ou não) pelo bem do planeta? A vez do povo Na base da conversa
<i>Época</i>	18/06/2012	Rio+20
		O futuro dele depende de nós
	25/06/2012	O desafio de garantir riquezas e recursos para as próximas gerações Quanto vale o futuro Militantes em causa própria A ideologia do clima
<i>Carta Capital</i>	13/06/2012	Rio+20: O que esperar da Conferência das Nações Unidas
		Rio+20: Os objetivos, as discussões e as apostas da conferência
	27/06/2012	O legado da Rio 92 Nossa produção de energia está entre as mais limpas do globo. E temos muito a avançar Rio+20, mais caos e mais enrotação

4.1 VEJA: PRIORIDADE ÀS NECESSIDADES HUMANAS, DISCURSO ANTROPOCÊNTRICO

A revista *Veja*¹⁰, por sua posição no mercado editorial, é efetivamente a maior defensora do status quo tal como ele se apresenta hoje em nossa sociedade. Desta forma, percebemos no seu enquadramento sobre meio ambiente a clara matriz de sentidos ideológicos do capitalismo. O discurso antropocêntrico é preponderante. O discurso da revista salienta que as cúpulas da ONU sobre meio ambiente não conseguem grande sucesso nem estrondoso fracasso, indica uma ressalva ao campo político na efetivação de acordos e de ações práticas, que produziriam resultados. Este contraponto se faz a partir do pré-construído de que governos são mais lentos que a iniciativa privada, um argumento básico do liberalismo econômico e que passa a ser um entendimento do funcionamento geral das relações políticas também. Ao mesmo tempo em que as emissões de gases de efeito estufa aumentaram entre a Rio92 e a Rio+20, a revista aponta que houve um “progresso” considerado excelente, por parte especialmente das empresas, e um pouco dos governos. Muitas, no entanto, são apontadas como usando apenas o interesse publicitário da sustentabilidade.

O enquadramento discursivo aponta para ações individuais ou iniciativas de empresários e governos que são pressionados pelo “consumidor consciente”. Ao utilizar o termo “consumidor” ratifica o seu lugar de observação das questões ecológicas para uma postura de “mercado”, em que somente os aspectos econômicos se sobressaem. Empresas e governos são forçados a respeitar o meio ambiente, pois a questão ambiental é deslocada para as escolhas individuais. Estas escolhas são consideradas como “uma nova chance” de entender o momento ambiental. O caminho, para *Veja*, é da pressão do consumidor em relação a empresas para que estas respeitem os limites, sendo “um caminho sem volta”. Coloca-se e reduz-se, desta forma, a questão ambiental a uma mera troca econômica, uma relação de consumo. Também traz o empoderamento do consumidor como ator social, um agente de mudança dentro desta visão economicista da sociedade.

Isso explica também porque o termo Economia Verde se destaca tanto na Conferência quanto na cobertura do evento. Podemos pensar o sentido da Economia Verde que é descrita sumariamente em “como o mundo capitalista fará para crescer”, destinando-se a fechar a questão em torno de que não há outra alternativa, a não ser o capitalismo, e não há outra rota, a não ser a do crescimento. Ou seja, trata-se do funcionamento do interdiscurso de uso

10 *Veja* é a segunda revista de informação no mundo, com tiragem de 1.130.148 exemplares, sendo 906.194 assinaturas, com um total de 8.973.000 leitores estimados (GRUPO ABRIL, 2014)

dos recursos naturais com objetivo principal de crescimento. A Economia Verde é saudada como uma forma de crescimento do mundo capitalista, em meio à crise econômica, porém sem “engolir” os recursos naturais, “a ponto de matá-los”. O emprego da linguagem econômica, que se repete em vários momentos durante a cobertura sobre a Rio+20, estabelece a ideia de uma “conta” para as futuras gerações. No sentido metafórico ou econômico estrito, pois já é sabido o quanto a crise climática global custará para que as populações consigam sobreviver.

O enquadramento econômico de Veja está largamente ancorado numa Formação Discursiva Instrumentalista, com o interdiscurso ecotecnocrático (conforme sistematização de CAPORAL & COSTABEBER, 2000), pois os sentidos são trazidos ao campo do uso dos recursos naturais a serviço de um crescimento econômico, em que o mercado é um grande ator no processo, mais que os próprios governantes, seja pautado pela consciência de cada consumidor em exigir produtos de uma matriz “limpa”, dentro da lógica da economia verde.



FIGURA 1 – REPORTAGEM DE VEJA CONTESTA AQUECIMENTO GLOBAL

Em relação ao aquecimento global traz o enquadramento a desconfiança em relação ao IPCC, o painel climático da ONU. Veja trabalha então o princípio da desconstrução das ideias científicas do IPCC, que dão base

ao conhecimento e divulgação dos padrões de consumo que afetam o planeta (Figura 1). Adjetivos fortes para deslocar a ideia do aquecimento global relacionada às ações humanas apontam que o homem “não é o grande vilão” e colocam, desta forma, o tema numa dimensão narrativa análoga à uma guerra entre o bem o mal. Com o uso de palavras do “ambientalista” James Lovelock¹¹, que se retrata e se coloca como um tolo, afirmando que tanto homens quanto árvores são responsáveis pelo aquecimento, Veja induz ao descrédito de outros cientistas, especialmente integrantes do IPCC, que indicam a ação humana como fundamental na aceleração do processo de aquecimento global em curso.

Na desconstrução do papel antropocêntrico da questão climática, está o uso das características da fonte que lhe conferem autoridade, como ser considerado um “herói do meio ambiente”, eleito pela revista Times. Assim, ele é comparado a Al Gore (Nobel da Paz em 2007) enquanto suas opiniões anteriores são destacadas por serem “previsões aterrorizantes sobre o futuro do planeta”.

Diante desta incerteza em relação à economia, a revista indica que a sociedade já definiu um caminho, que se encerra na expressão “consumo responsável”. Porém, o consumo ainda é parte do problema, mesmo que seja rotulado de responsável ou sustentável. Além disso, o discurso do consumo como resolução do problema acaba sendo um aspecto simplificador da crise climática, pois há muito mais a investir e a modificar na cultura, na política e na economia.

O futuro do planeta que, como sabemos, é em verdade o debate sobre o futuro da humanidade, diante da crise ambiental sem precedentes. Porém, o enquadramento discursivo de Veja pode ser resumido da seguinte forma: prioridade às necessidades humanas, somos e podemos utilizar a natureza da forma mais conveniente, com produtos “verdes” para o consumo de todos.

4.2 Isto É: A quem vamos salvar?

A revista Isto É¹² utiliza o tom de descrédito para o enquadramento em relação à Rio+20, pela falta de líderes políticos das grandes potências, em

11 Lovelock é considerada uma fonte renomada por duas principais razões: pela criação de um aparelho que ajudou a detectar o crescente buraco na camada de ozônio, na década de 1970 e que impulsionou o movimento ambientalista e, também, pela Hipótese Gaia, que propõe ser o planeta Terra um organismo vivo.

12 A Editora Três publica a revista *Isto É* há 35 anos. Com uma tiragem de 374.166 exemplares, direcionando 91% para assinantes, atinge 1.513.237 de leitores estimados. (EDITORA TRÊS, 2014)

especial da Alemanha e dos EUA. Coloca-se sobre as ações do governo brasileiro o sentido de não serem ambiciosas, explicitando que partem do conceito de inclusão social combinada com a preservação, em especial pela apresentação do Bolsa Verde, um auxílio financeiro pago a famílias que vivem em reservas extrativistas. As fontes ouvidas pela revista afirmam que os incentivos financeiros são a principal forma de preservação ambiental, pois as famílias só recebem quando preservam a área em que vivem.

O ideário do Desenvolvimento Sustentável é exposto ao máximo no trecho “garantindo que as gerações futuras também tenham um planeta para explorar”. Chama a atenção também nesta sequência discursiva que a economia global e o paradigma do crescimento contínuo e infalível é colocado como único caminho viável pela sociedade. Trata-se de um enquadramento pronto, sem constar os questionamentos que se fazem ao “desenvolvimento sustentável”, ou a outras formas de organização social. A visão predominante é de exploração da natureza de forma contínua. Indica o “desenvolvimento sustentável” como “único caminho para evitar um colapso futuro da produção mundial”. Neste enquadramento, a preocupação principal é com a “produção” e com o sucesso do “capitalismo”. Não cabe, neste discurso, nenhuma noção que questione a forma de produção/consumo capitalista, motor da crise ambiental.



FIGURA 2 – ISTO É, SUSTENTÁVEL/ESPECIAL RIO+20

A revista trabalha com o sentido da definição em relação ao “futuro do planeta”, que traz o sentido de redenção, um discurso salvacionista que indica um equívoco primeiro, já que são as pessoas que correm o risco de não ter futuro, a Terra sobreviverá a nós. No entanto, este equívoco é o próprio interdiscurso que surge, pois remete às ideias já pronunciadas sobre a relação de domínio do homem sobre os demais seres. Demonstra, desta forma, uma relação homem-natureza de acordo com os paradigmas racionalistas cunhados da modernidade.

O enquadramento é crítico em relação às incertezas científicas dos modelos que indicam o aquecimento global. Ao colocar a nota “chutes climáticos”, reforça-se a desconfiança em relação aos cientistas. Percebemos que há um deslocamento do foco para as ações de escala menor, pelos prefeitos e líderes empresariais, questionando a validade de líderes nacionais e da governança internacional que simplesmente assinam documentos que “ninguém sabe se serão cumpridos”. Surge então o sentido sobre as lideranças fora do eixo dos chefes de Estado, em que estão colocados com destaque maior os prefeitos e empresários e são citadas organizações civis. O enquadramento constrói, desta forma, um novo lugar de atuação em relação ao enfrentamento da crise ambiental.

O poder político é desconsiderado ou, diminuído, para que os empresários entrem em cena. O discurso “empreendedor” da revista encobre várias questões importantes, por exemplo, em relação a subsídios para grandes empresas que utilizam água, a falta de fiscalização adequada do uso de bens naturais pelas empresas, mesmo quando colocam Brasil no nome, sabidamente são grandes multinacionais que, ao longo do tempo, colaboram mais para a depredação ambiental que para sua conservação. O esquecimento histórico de questões políticas e da relação da política com a economia traz o tom da economia liberal, com a apresentação do Estado mínimo como condição, porém utiliza-se do poder econômico para saquear as riquezas das nações e do povo em geral. O discurso apresenta ainda “empresas responsáveis, que não destroem as florestas”, citando a fabricante Natura e a Microsoft como bons exemplos.

Com a análise das reportagens de Isto É, propomos um enquadramento resumido: os líderes mundiais estão desacreditados, porém a esperança está no protagonismo social e na busca de “soluções”. A revista propõe-se a pensar o “futuro do planeta” e desta forma traz tom salvacionista. A FD Ecotecnocrática é predominante. Ao propor a salvação do planeta, esquece de que são os humanos que estão em risco. Esta noção de risco, à humanidade e não “ao planeta”, provavelmente contribuiria para que a relação homem-natureza predominante fosse questionada.

4.3 ÉPOCA: O FUTURO A QUEM PERTENCE?

A revista *Época*¹³ anuncia que “O futuro dele depende de nós” (Figura 3), e associa-se a dependência entre as gerações. “O desafio de garantir riquezas e recursos para as próximas gerações” reforça a ideia de um compromisso de “nossa” geração com o futuro. O discurso sobre o futuro está ligado diretamente ao uso de “recursos e riquezas”. O sentido mobiliza a ideia de que nós temos a chave para organizar e utilizar os recursos naturais; associa-se a ideia de que os recursos já estejam à nossa disposição. Ou seja, é um sentido de que somos proprietários destes recursos e podemos usufruí-los de várias maneiras. Desta forma indicamos que o discurso de *Época* é voltado à ideia de um progresso incessante e contínuo, possível a partir de um uso racional dos recursos do planeta. Também indica que há uma supremacia do homem em relação à natureza, pois o futuro “está em nossas mãos”. Identifica-se, portanto, a FD Ecotecnocrática.

13

A revista *Época* tem uma tiragem de 398.628 exemplares, sendo que 89% deste número são direcionados aos assinantes, com projeção de 4.374.000 leitores. (ÉPOCA, Midiakit, 2007)



FIGURA 3 – CAPA REVISTA ÉPOCA, EDIÇÃO VERDE

Se, de um lado, este discurso de Época implica a “propriedade da natureza”, por outro institui um mínimo de responsabilidade em relação ao futuro, pois indica que há um desafio, o de deixar um legado para as próximas gerações, para que continuem produzindo riquezas no futuro. Época constrói, desta forma, um modo político de encaminhar as soluções para a crise ambiental, de forma a pensar uma saída a partir de elementos que estejam ao nosso alcance (de “nossa geração”) para a construção de um futuro que seja acolhedor. A constituição política do discurso se dá pela mobilização de um sentido de possibilidade, aquela voltada à ciência e à tecnologia, mas também relacionada a uma ética de responsabilidade.

A necessidade de ação pelo futuro está ligada diretamente às questões econômicas. A natureza é coisificada como “recurso planetário”. Também há a ênfase ao uso das tecnologias para evitar a catástrofe. Fica claro que o está em jogo no capitalismo é movimentar o próprio sistema (para que tudo permaneça igual) e por isso a principal dúvida é em relação à conta que esta

mudança que se afirma necessária e ao debate sobre formas de financiamento desta “nova economia”. O inoportuno trazido pelo enquadramento da revista é justamente a crise econômica mundial. Esta crise que atinge os países mais ricos traria a falta de vontade política para a efetivação da mudança.

Apontam que as conclusões dos cientistas “são aterradoras”. O que isso significa? Que as carências para a geração futura causam terror, apavoram pelo grande alcance mundial e pela profundidade da crise ambiental. Os cientistas são considerados legítimos informadores do futuro sombrio para as populações, como no trecho em que preveem que a carência de água atingirá dois terços da humanidade. Interessante a postura da revista que enquadra os chamados céticos do clima como “pseudocientistas” que insistem em “propagar bravatas”. O aquecimento global é dado como certo e com consequências sobre a cadeia de alimentos, a inundação de cidades e o agravamento de fenômenos climáticos como secas e inundações.

A tese do aquecimento global é colocada nos termos do IPCC. Isso destaca a atividade humana na emissão de gases, especialmente pelo desmatamento e queima de combustíveis fósseis. Os eventos mais catastróficos, no entanto, são minimizados, dizendo-se que pode haver exagero, porém o descuido ambiental é considerado oneroso. Ao final, o tema da economia verde é lançado, para questionar o custo para esta “guinada”. O enquadramento da “economia mais limpa” é o mercado, por isso a ideia de lucro tanto para produtores quanto para a natureza. O “retorno financeiro imediato” da reciclagem de alumínio é um exemplo. O discurso está direcionado em como fazer girar a roda da economia a partir de negócios “verdes” ou da chamada Economia Verde.

Como o enquadramento é pelo valor movimentado em termos financeiros e os empregos gerados nas iniciativas da economia verde, a revista coloca um impasse em que a solução e o problema estão num mesmo patamar: a economia. Desta forma, o alinhamento discursivo é dado pela Formação Discursiva Ecotecnocrática, porém percebemos deslizamentos para a Formação Discursiva Ecosocial enfatizando novas formas de consciência ambiental, com destaque dado às novas gerações. Com a crise instalada, o meio ambiente pode ser a solução para gerar uma economia mais duradoura, embora muitos céticos apontem que só há investimentos em tempos de prosperidade. Agir localmente e pensar globalmente, slogan ecológico bastante disseminado, tem uma nova versão segundo a revista. É pensar no futuro e agir no presente. Traz o componente de esperança sobre o que é possível fazer ainda hoje para melhorar o ambiente para as próximas gerações.

Dentro desta construção discursiva, a revista apresenta personagens,

crianças e jovens, que passam a ser o centro da reportagem. O discurso aponta uma pressão sobre os jovens que precisam avaliar tudo o que consomem, o que fazem, inclusive no lazer. Mostra uma mudança de comportamento de jovens e crianças, porém a ênfase é também uma amarra, pois não há uma outra saída para as gerações que recebem a crise ambiental no ponto em que se encontra. A revista chama de “carma”. O discurso traz ainda a ideia da incerteza em relação à herança que será deixada para as futuras gerações, especialmente em relação ao aquecimento global que ameaça a biodiversidade e induz aos eventos climáticos extremos. O enquadramento é voltado à importância da inovação, destacando que a “sociedade sempre resolveu suas grandes questões com inovação, atuação política e individual.” Como exemplo de atuação individual, destacam a mobilização capitaneada por jovens que impedem obras que poluem.

Quanto à mudança do clima, *Época* ratifica que há consenso científico em relação à influência da atividade humana para o aquecimento global. No entanto, o discurso repete que a Rio+20 teve um resultado tímido e pouca repercussão em função da ausência do presidente estadunidense, sendo, portanto, reforçado o argumento da revista de que o movimento para conter o aquecimento perdeu fôlego por questões ideológicas.

Resumimos o seu enquadramento discursivo de *Época* da seguinte forma: Nós temos a chave para organizar e dispor dos recursos naturais. Somos proprietários e dependentes. Com isso, podemos afirmar que há deslizamento do sentido para uma ética com o futuro (novas gerações). A revista aponta o protagonismo de jovens e as soluções tecnológicas e econômicas para conter a crise ambiental, no entanto a perspectiva é da iniciativa privada, do mercado e da economia. Identificamos a FD predominante Ecotecnocrática, como leve atravessamento da FD Ecosocial.

4.4 CARTA CAPITAL: UMA GOTA DE EXPECTATIVA?

O discurso de Carta Capital¹⁴ sobre “o que esperar” é colocado de forma a parecer “neutro”, porém é de descrença quando colocado junto a alguns consensos que indicam que há ressalvas em relação aos problemas políticos,

14

Carta Capital, com tiragem de 65 mil exemplares e 320 mil leitores estimados. Publicada pela editora Confiança há 16 anos, começou em edições mensais, depois quinzenais e desde 2001 é semanal. (CARTA CAPITAL, 2014)

dificultando o fechamento de uma agenda que contemple todos os países para um acordo climático durante a Rio+20. (Figura 4)



FIGURA 4 – CAPA REVISTA CARTA CAPITAL, CARTA VERDE

A revista questiona ser a Rio+20 um passo importante para definir os rumos da humanidade na questão ambiental. O enquadramento, apesar de não ser otimista, também não é de todo pessimista. Coloca-se que em 1992 também não houve documentos mandatários e, mesmo assim, a Agenda 21 é considerada um marco na relação das cidades com o meio ambiente. Ou seja, o fracasso não pode ser apontado de antemão. Outra novidade implantada pelo governo na conferência é o chamamento à participação de organizações, empresas e movimentos sociais para discutir propostas em várias frentes e temas complexos. Com isso, o evento que era direcionado aos chefes de Estado, ganha uma face de maior participação social, ratificado pela declaração da ministra do Meio Ambiente.

O discurso torna-se mais sombrio, no entanto, quando o assunto é economia. São apontados os contrastes entre as opiniões, criando inclusive

a expressão “céticos da economia verde”, uma alusão aos chamados “céticos do clima” (que desconsideram a atividade humana para o aquecimento global iminente). A expressão “quem vai pagar a conta” é repetida em vários momentos da cobertura da imprensa em relação à proposta de mudanças econômicas em direção à aclamada economia verde e se repete em Carta Capital. Além disso, as nações mais ricas assumiram compromissos de ajudar no desenvolvimento dos mais pobres, incentivando a sustentabilidade, porém não cumpriram com suas metas. Com isso, paira no ar a desconfiança de que um acordo seja praticamente impossível. No entanto, também existe no horizonte a pretensão de colocar, mesmo diante da crise global, um rumo com objetivos de médio e longo prazo.

O enquadramento da economia verde e da discussão de um “novo PIB” traz a dimensão de quanto é preciso modificar nossa maneira de pensar e de se relacionar com o ambiente, com todas as culturas que existem no mundo. Em várias, a felicidade já é um índice que, nem sempre medido ou quantificado, é levado em conta para a vida em comunidade. O debate econômico é colocado pela revista como a resolução de um paradoxo entre a finitude de alguns recursos do planeta e o uso da tecnologia na resolução e superação de crises. Os dois lados podem ser equacionados, conforme a fonte utilizada pela reportagem, desde que se use a tecnologia adequada, como por exemplo, para suprir o mundo com energia limpa, lançar mão da energia solar. Este enquadramento é direcionado ao conceito de economia verde, para a qual é necessário continuar gerando desenvolvimento, a partir da tecnologia “limpa”.

Encontra-se, portanto, dentro da perspectiva ecotecnocrática predominante. No entanto, o alerta de que as revoluções tecnológicas não resolvem os problemas de desequilíbrios já existentes na sociedade, por exemplo, em relação às diferentes necessidades de ricos e pobres. A reportagem utiliza da proposta de Capra, colocando-se a questão do ponto de vista civilizatório, não apenas econômico. Percebe-se este deslizamento de sentido, já que o enfoque econômico e científico é dominante no enquadramento da Carta Capital.

O sentido de urgência e de gravidade dos efeitos da falta de ação fica claro e o enquadramento sobre os riscos e os custos relacionados às alterações climáticas. As transformações ambientais destacadas, bem como a crise econômica mundial, trazem o tema ambiental para o centro das atenções e a realização da Rio+20 enseja o questionamento sobre o que está sendo feito no país sede. Assim, aponta as carências de saneamento em contraste com a moderna lei que pretende acabar com os lixões no Brasil. Enfatiza as propostas para

redução de gases de efeito estufa, apresentadas pelo país em 2009 na COP15. Ou seja, o sentido de que há algumas medidas importantes enquanto existem problemas históricos a serem enfrentados.

O enquadramento da economia verde é tomado como fundamental e conceituada dentro da ideia da inclusão e da equidade, trazendo, portanto, um deslizamento de sentido em relação ao que é normalmente associado ao termo economia verde, geralmente pressionada prioritariamente pelo mercado de produtos e tecnologias limpas, para a continuidade do desenvolvimento e do crescimento econômico. Valores novos são trazidos pela revista, ao tratar dos desafios da Rio+20, entre eles a redução da desigualdade e a economia “menos predatória”, com destaque à atuação do Brasil, que tem um modelo de inclusão social, baixas emissões de carbono e de governança avançada. As empresas que investem em inovação são destacadas neste novo cenário econômico. Neste enquadramento, sobressai a ideia de que o Estado é incentivador, mas as empresas são a vanguarda de investimentos e pesquisa. Defende o uso da criatividade para enfrentar velhos problemas, como o esgoto doméstico no Brasil, que é considerado um desperdício de recurso, pois poderia gerar eletricidade. O enquadramento do uso de tecnologia disponível para a economia, uma versão importante da linha da economia verde. A visão da tecnologia resolvendo grande parte dos problemas ambientais é reforçada. O papel do setor privado, empresarial, na gestão mais eficiente de recursos e na implantação de projetos de sustentabilidade surge como um contraponto ao poder público que muitas vezes parece imóvel diante da crise.

Encontramos o sentido da falta de tempo, indicando “última chance”, por isso acionando uma memória pessimista e alarmista. O deslizamento ocorre em algumas críticas ao conceito de economia verde. Apresenta, ainda, o postulado de que seria preciso trabalhar mais as questões da desigualdade, colocando que as tecnologias limpas, embora estejam associadas às soluções para a crise ambiental, não podem resolver questões de cunho político e social. Desta forma, identificamos que Carta Capital está alinhada à FD Ecotecnocrática, com forte atravessamento da FD Ecosocial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os discursos sobre mudança climática (e seus tons econômicos), percebemos que, desde a seleção dos temas, das fontes utilizadas, do enfoque da reportagem, há uma visão específica de cada publicação na direção do que analisamos como seu “enquadramento discursivo”. Desta forma, pelo discurso, a revista constrói o conhecimento e colabora para a percepção pública do assunto.

O lugar discursivo das revistas afirma-se então em relação ao lugar legitimado socialmente para o Jornalismo, considerado autorizado para a enunciação a respeito das questões públicas. A perspectiva discursiva é de uma análise qualitativa e, para atingir nosso objetivo, fizemos a identificação dos enquadramentos das revistas. O enquadramento discursivo é a forma como as situações são apresentadas dentro de um quadro interpretativo, ancorado em Formações Discursivas, que encaminham os efeitos de sentido. Respondem basicamente a questão sobre “o que está acontecendo aqui”, direcionando seus leitores para determinados sentidos, inscritos ideologicamente na relação entre os sujeitos e o mundo.

O enquadramento é fruto ainda de relações entre o Jornalismo e outros campos, que se materializam no seu discurso. A noção de lugar discursivo tem um valor social de legitimação do Jornalismo como lugar para o relato do acontecimento e, com isso, o Jornalismo estabelece com a sociedade também uma relação imaginária. O enquadramento discursivo, enfim, se caracteriza pela relação entre condições de produção, formações discursivas e interdiscurso, que abarcam, em nossa concepção, as decisões dos jornalistas quanto ao reconhecimento dos fatos notáveis e seus relatos, a partir das noções de agendamento, noticiabilidade e enquadramento.

A partir das análises, apresentamos as sínteses dos enquadramentos discursivos, bem como as relações entre o discurso (sentido principal) e as formações discursivas encontradas.

ENQUADRAMENTO DISCURSIVO VEJA

Somos donos do planeta, temos que consumir e continuar a girar a economia. Os políticos são ineficientes, os cientistas erram e a economia salva.

Sentido: negação da mudança climática | à FD Instrumentalista

ENQUADRAMENTO DISCURSIVO ISTO É

Líderes mundiais não conseguem acordo, mas precisamos salvar o planeta para garantir a exploração pelas futuras gerações. O consumo consciente salva. Alguma inclusão social é necessária.

Sentido: salvar para explorar | à FD Ecotecnocrática

ENQUADRAMENTO DISCURSIVO ÉPOCA

A Rio+20 é um fiasco e não traz acordos globais. Existem inovações tecnológicas, mas a crise econômica inviabiliza investimentos. O aquecimento global já é realidade e a solução está nas mãos da consciência da próxima geração no consumo e na mudança de hábitos.

Sentido: solução via tecnologia e consciência ambiental

à FD
Ecotecnocrática
com LEVE
atravessamento
FD Ecosocial

Enquadramento discursivo *Carta Capital*

A Rio+20 não teve governança global. Os problemas são urgentes e as soluções passam pela transição a uma economia de uso eficiente de recursos e com mais igualdade social.

Sentido: Transição para a economia verde com igualdade social

à FD
Ecotecnocrática
com FORTE
atravessamento da
FD Ecosocial

Com os enquadramentos delineados, buscamos o sentido geral dos discursos, e neste movimento, encontramos a transição das questões e problemas ambientais para uma ideia única de solução: a economia verde. A questão é: qual o sentido da EV? A resposta está na racionalidade moderna, de crescimento sem limites, que adiciona ao termo a centralidade do debate ambiental contemporâneo. A ideologia da Economia Verde trata-se exatamente de uma

reação mundial à crise climática (para a qual os padrões de consumo se torna cada vez mais insustentáveis). Porém, o foco na economia é imediato, é a busca da solução de uma mudança sem uma real transformação. Daí porque temos os chamados “recursos comuns” ou, bens comuns¹⁵ que estão sendo codificados e precificados, para que possam eles também gerar lucros. Desta forma, identificamos esta geração de conceitos novos nos discursos das revistas. A gestão da mudança climática é um discurso da gestão econômica, ou seja, a eficiência no uso de recursos.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miguel Rodrigo (2009). A construção da notícia, Petrópolis: Vozes.
- BECK, Ulrich (1997). “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva”. In: BECK, U; GIDDENS, A. e LASH, S. (Orgs.). Modernização reflexiva, São Paulo: Ed. da Unesp.
- BENETTI, Marcia (2007). “A ironia como estratégia discursiva da revista Veja”. *Líbero*. Ano X. Nº 20. São Paulo: Cásper Líbero, pp. 37-46.
- BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas (2008). A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes.
- BUTTEL, Frederick H. (2000). “Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas”. In: HERCULANO, S. Qualidade de vida e riscos ambientais. Niterói: Ed. UFF, pp. 29-47.
- CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. (2000). “Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural”. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.1, n.1, pp.16-37, jan./mar.
- CAPRA, Fritjof (2006). O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, [1982] 2006.
- CARTA CAPITAL (2014). Mídia Kit 2014: Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/anuncie/media-kit/copy4_of_MIDIAKITCARTACAPITAL2014.pdf> Acesso em: 10 nov. 2014
- CARVALHO, Anabela (org) (2011). As alterações climáticas, os media e os cidadãos, Coimbra: Grácio Editor.

15

Ver BOFF, Leonardo; ESCOTO, Miguel de. Declaração Universal do Bem Comum da Terra e da Humanidade. Disponível em: <https://mbecovilas.files.wordpress.com/2011/06/declarac3a7c3a3o-universal-do-bem-comum-da-terra-e-da-humanidade-leonardo-boff-e-miguel-de-escoto.pdf> Acesso em: 10 /07/2013.

- CHARAUDEAU, Patrick (2007). Discurso das mídias, São Paulo: Contexto.
- CORREIA, João Carlos (2012). “A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada”. In: CUNHA, Isabel F.; CABRERA, ANA; SOUSA, Jorge P. (Orgs). Pesquisa em Media e Jornalismo: homenagem a Nelson Traquina. Covilhã: Labcom, pp.79-106.
- EDITORA TRÊS (2014). Mídia Kit Isto É. Disponível em <http://editora3.terra.com.br/downloads/midiakit_istoe.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- GOFFMAN, Erwin (1986). Frame analysis: an essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press.
- GIDDENS, Antony (2010). A política da mudança climática, Rio de Janeiro: Zahar.
- GRUPO ABRIL (2014). Circulação Veja. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>> Acesso em 20 nov. 2014.
- HANNIGAN, John A (1995). A Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social, Lisboa: Instituto Piaget.
- INDURSKY, Freda (1997). A fala dos quartéis e as outras vozes, Campinas: Ed. da UNICAMP.
- _____. (1998). “O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas”. In: Gragoatá, Niterói, n. 5, pp. 111-120, 2. sem.
- KUNCZIK, Michael (2002). Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: manual de Comunicação. Trad. Rafael Varela Jr. 2. ed. São Paulo: Edusp.
- LEFF, Enrique (2001). Saber ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes.
- MEDITSCH, Eduardo (2010). In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.). Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, pp.19-42.
- MOL, A. (2000). “A modernização e a mudança dos modelos de controle de poluição industrial: a Teoria da Modernização Ecológica”. In: HERCULANO, S, PORTO, M., FREITAS, C. Qualidade de vida e riscos ambientais. Niterói: Ed. UFF, pp. 267-280.
- MORAES, Cláudia Herte de (2015). Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital. Tese de Doutorado (PPGCOM). UFRGS.
- MORIN, Edgar (2005). Ciência com consciência. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. (1997). Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, Edna e PINTON, Françoise. Faces do trópico úmido. Belém, UFPA/NAEA, pp. 53-77.